



CONSELHO GESTOR DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO PEDROSO

MEMÓRIA DE REUNIÃO (04/2023)

Santo André, 10 de agosto de 2023

PARTICIPANTES

Poder Público:

- Eriane Justo Luiz Savóia – presidente e representante titular do Departamento de Gestão Ambiental (SEMASA);
- Rodrigo Romão – representante titular da Gerência de Controle Ambiental (SEMASA);

Sociedade Civil:

- João Rodolfo Linares – representante suplente do Santuário Nacional da Umbanda;
- Petrus Decco Gonçalves – representante titular do Coletivo Amigos do Pedroso;
- Ivone Emilia Maria Manzoni – representante suplente do Coletivo Amigos do Pedroso;
- Luciana Pereira – representante suplente da Universidade Federal do ABC.

Convidados:

- Luiz Carlos Zambrocio – morador;
- Geni Aparecida Fernandes – moradora;
- Maria de Moraes Cruz – moradora;
- Regina Fátima da Silva – Recreio da Borda do Campo;
- Marcio Pinheiro do Prado – Gerência de Lazer;
- Marcos Warschauer – Departamento de Lazer;
- Fernando A. Cruseiro – SEMASA;
- Davi A. Vieira – SEMASA.

JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA

Justificaram ausência nesta reunião: Secretaria de Meio Ambiente da PSA.

PAUTA

1. Formação da Comissão Eleitoral;
2. Apresentação sobre os Programas de Gestão e Normas do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Pedroso.



ABERTURA

INFORMES DA PLENÁRIA

- Sra. Eriane Justo Luiz Savoia (DGA/SEMASA) abre a reunião às 14h30min perguntando se a plenária gostaria de registrar algum informe.
- Sr. João Rodolfo Linares (Santuário Nacional da Umbanda) comentou que tomou ciência de uma proposta de empreendimento imobiliário que contará com a construção de 20 a 22 blocos de apartamento na faixa de divisa entre Santo André e São Bernardo do Campo (acredita ser área de amortecimento do Parque Natural Municipal do Pedroso). Segundo informações recebidas pela população do entorno, há placas em nome da Construtora ECON no local mencionado anunciando o lançamento do projeto.
- Eriane respondeu que o Poder Público não foi notificado oficialmente. Contudo, salientou que solicitará investigação detalhada sobre o empreendimento.
- Sra. Ivone Emilia Maria Manzoni (Coletivo Amigos do Pedroso) perguntou se a instalação de barreiras de concreto New Jersey na Estrada do Pedroso foi concluída.
- Eriane comentou que vai verificar com a Secretaria responsável se existe alguma pendência relacionada à execução da obra.
- Sr. Petrus Decco Gonçalves (Coletivo Amigos do Pedroso) perguntou se foi proposto algum estudo sobre as espécies animais que realizam travessia no trecho onde estão localizadas as barreiras.
- Eriane informou que não houve proposta. No entanto, comentou que o SEMASA recebeu dois questionamentos via Ministério Público sobre a existência de levantamento de fauna e flora para a execução da obra. Em resposta oficial, a autarquia alegou que, para a intervenção realizada, não há obrigatoriedade legal de apresentação desse tipo de estudo. Acrescentou que as equipes de fiscalização do Departamento de Gestão Ambiental do SEMASA e do Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal da Prefeitura Municipal de Santo André foram orientadas a registrar as ocorrências de atropelamento de fauna, a fim de criar monitoramento estatístico.
- Comentou que a ISA CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista apresentará como contrapartida da compensação ambiental do licenciamento municipal um levantamento de fauna e flora, que trará informações atualizadas sobre



a diversidade e a população de espécies existentes no Parque Natural Municipal do Pedroso.

APROVAÇÃO DA MEMÓRIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07/06/2023

- Eriane perguntou se a plenária aprova os registros contidos no documento.
- A memória foi aprovada por unanimidade.

PAUTA


1) APRESENTAÇÃO DO PROJETO “RITMOS E MOVIMENTOS” PELO DEPARTAMENTO DE LAZER DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

- Marcos Warschauer (Departamento de Lazer/PSA) informou que apresentará o escopo e as principais características do Projeto “Ritmos e Movimentos” – parte integrante do Programa Municipal Lazer e Qualidade de Vida instituído pela Prefeitura Municipal de Santo André.

Lazer e Qualidade de Vida

Ritmos e Movimentos

Conversa inicial para alinhamento das necessidades e desafios



Vulnerabilidad es la fragilidad del viviente: la vejez, la mortalidad, el cansancio... Somos frágiles y necesitamos de cuidados, de la ayuda del otro. Pero para mi la vulnerabilidad también es una fuerza: es la capacidad de sentirnos incumbidos por los demás, de que nos lleguen

Corine Peluchon.

Objetivo Geral

Lazer e Qualidade de Vida
Ritmos e Movimentos

- Desenvolver práticas corporais e alimentares a partir das relações estabelecidas no Espaço Conceitual (espaços da informação, prática, participação e convivência), visando fortalecer o entendimento de saúde a partir do indivíduo e do seu modo de viver.

Objetivos específicos

Lazer e Qualidade de Vida
Ritmos e Movimentos

- **Trabalhar o conceito das práticas corporais** como proposta para ampliar as experiências corporais para além da atividade física;
- Promover a **autonomia para escolhas alimentares saudáveis** dos participantes, famílias e comunidades;
- Elaborar **ações inovadoras de promoção da saúde experienciadas no território** adstrito aos espaços utilizados;

Princípios e Linhas Estratégicas

Lazer e Qualidade de Vida
Ritmos e Movimentos

● Princípios

- Da **promoção da saúde** como um direito universal e dever do estado;
- Da **Alimentação e nutrição** como um direito social, dever do estado;
- Do **acesso e inclusão social** nos territórios de maior vulnerabilidade;
- Da **gestão democrática e participação social**.

● Linhas Estratégicas

- Ampliar as **conexões entre os participantes e comunidade**;
- Fortalecer o **participante como elemento estruturante** do processo de produção da sua saúde;
- Fortalecer a **rede de comunicação e troca** entre os participantes, familiares, comunidade tendo como **exo estruturante** as práticas corporais na promoção da saúde e alimentação e nutrição.

Resultados Esperados

Lazer e Qualidade de Vida
Ritmos e Movimentos

● Impactos diretos

- **Incremento da participação comunitária** na proposição de ações para a Promoção de Saúde;
- Aumento do **número de sujeitos envolvidos** com as práticas de saúde (corporais e alimentares) na comunidade dos territórios escolhidos;
- **Maior autonomia nas escolhas alimentares saudáveis** de indivíduos e comunidades.

● Impactos indiretos

- **Melhoria da interação dos participantes com o ambiente em seu território**;
- **Incremento do valor de uso dos espaços e equipamentos públicos** pela comunidade;
- **Incremento do envolvimento das famílias como agentes multiplicadores** da educação em saúde na perspectiva da promoção da saúde.

Público Alvo

- População adstrita aos espaços que serão desenvolvidas as práticas corporais;

Eixo estruturante
Práticas Corporais

Não movimentos de corpos em conexão

Corpo **uno** onde pensamento e extensão são atributos na mesma coisa onde existe **ganho e perda de potência**. Mesmo aparentemente parado, há movimento no corpo: coração, pulmão, ideias que circulam aumentando ou diminuindo nossa potência de agir. Assim, **também podem ser práticas de pensamento**: poesias, leituras, pinturas, culinária, etc.

Estão intimamente ligadas às artes

Utilizam o corpo como materialidade e o resultado percebido controla a **qualidade produção** ou seja, o resultado é norteado pela intenção, com um propósito da criação de algo desfrutado na experiência imediata da percepção.

Não movimentos estéticos

Estão ligadas às questões de **apreciação, percepção e prazer**, são portanto práticas amorosas que se importam com o tema e **quando autênticas controlam ao mesmo tempo o fazer e o perceber**.

Têm que ser vivenciada

Necessita de amadurecimento para percepção das conexões envolvidas e aquisição de **profundidade e largueza**.

Requerem tempo e espaço

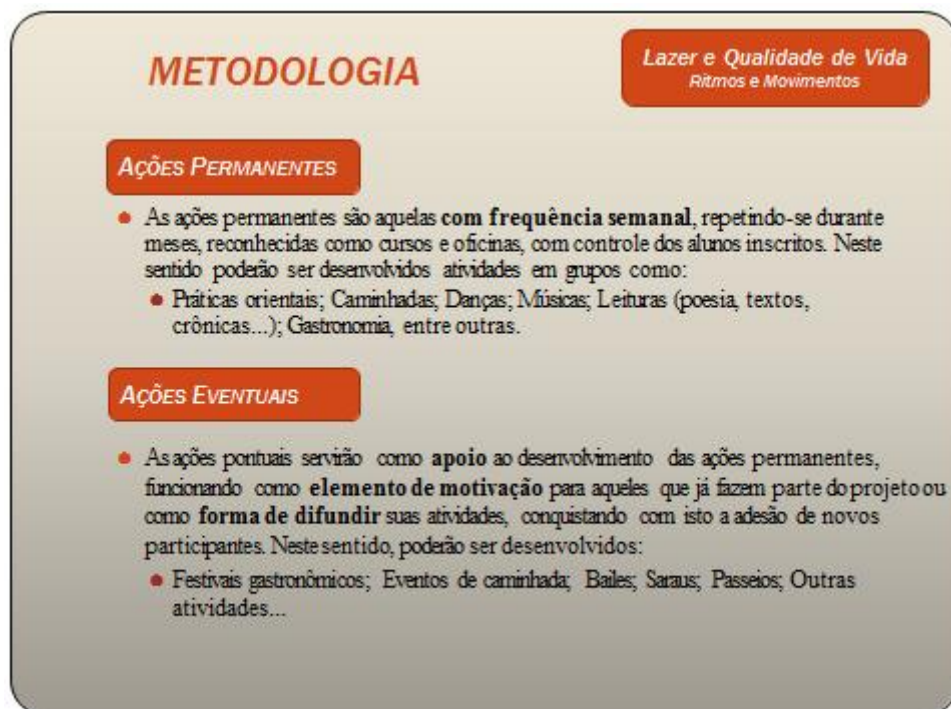
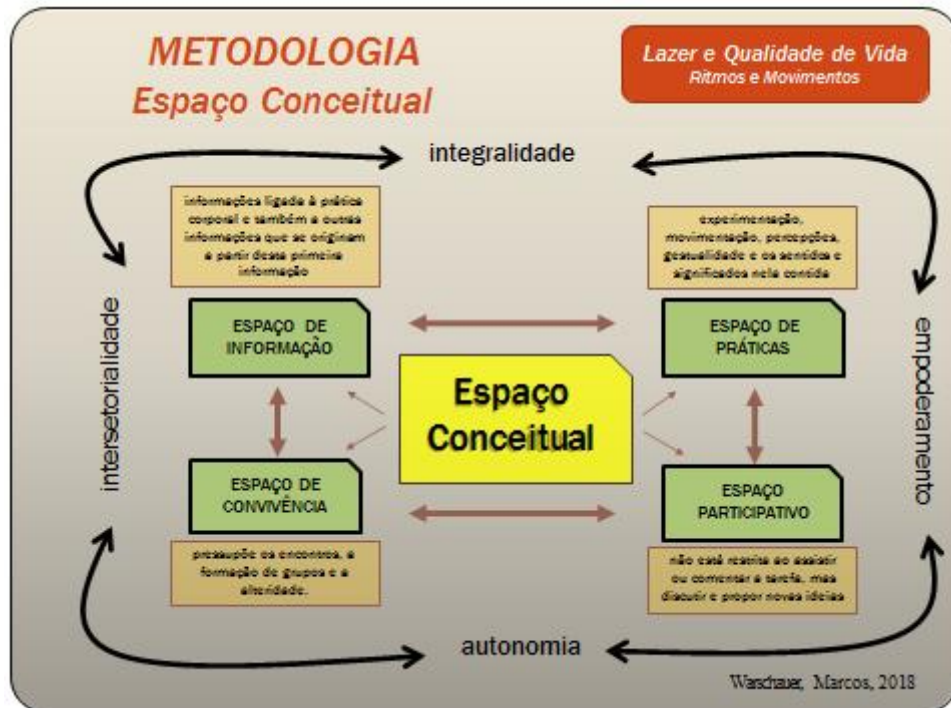
Espaço para se desenvolver, para encontrar conexões, para agir com o ganho ou a perda de potência. **Tempo para amadurecimento, para a reflexão**, para fazer parte de uma situação inclusiva e duradoura.

Waschauer, Marcos, 2018

Eixo estruturante
Práticas Corporais

Podemos perceber que **não é possível compreender as práticas corporais pela atividade**, seja ela de caminhada, corrida, fitness, yoga, massagem, musculação, escalada, leitura, pintura, poesia, culinária... **ou pelo contraponto com o conceito de atividade física**. As práticas corporais são norteadas pela intenção, com um propósito de se criar algo que seja fruído na experiência imediata da percepção (controlam ao mesmo tempo o fazer e o perceber).

A compreensão se faz pela relação que a prática corporal estabelece com o movimento, pelas “sutilezas” dos sentidos que evoca, na ressonância entre o sentido implícito e o significado explícito.





- Sr. Marcio Pinheiro do Prado (Departamento de Lazer/PSA) apresentou-se como educador físico responsável pela realização das atividades do projeto dentro do Parque Natural Municipal do Pedroso. Informou que o início dos trabalhos está previsto para o dia 16/08/2023, das 08h00 às 09h00, sem necessidade de inscrição prévia. Comentou que em todas as quartas-feiras haverá práticas corporais abrangendo exercícios de alongamento, fortalecimento muscular, percepção sensorial e emocional, consciência alimentar etc.

2) APRESENTAÇÃO SOBRE OS PROGRAMAS DE GESTÃO E NORMAS DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO PEDROSO

- Eriane informou que fará uma breve exposição sobre o surgimento do Plano de Manejo do PNMP, as principais características de seus Programas e Zoneamento Interno.

Plano de Manejo



Parque Natural Municipal do Pedroso

Onde estamos?

Mapa do município de Santo André e área do Parque Natural do Pedroso



Parque Natural do Pedroso

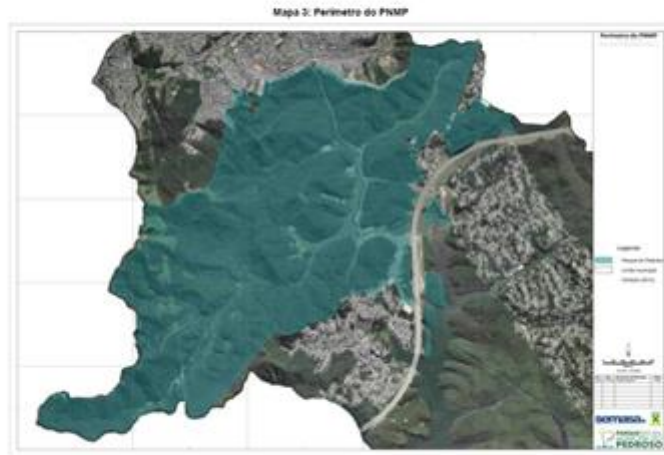
Privilegio ambiental

- Denominação: Parque Natural do Pedroso
- Característica: Unidade de Conservação
- Categoria: Parque Natural Municipal
- Área: 842 ha
- Perímetro: 15,6 km
- Bioma: Mata Atlântica
- Localização: Estrada do Pedroso, 3336 - Parque Natural do Pedroso - Santo André - SP
- Divisa com os municípios de São Bernardo do Campo no seu limite sul e sudoeste, Mauá no limite noroeste, e com a área urbanizada de Santo André em sua maior extensão, na divisa leste, onde também contém um trecho que margina o reservatório Bilinge.

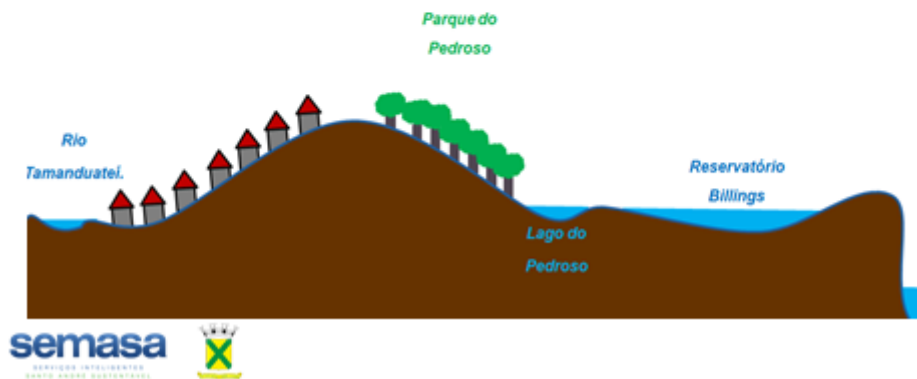


Presidência do Conselho Gestor do PNMP
 Avenida José Caballero, 143 – 7º andar – CEP 09040-210
 Fone (11) 4433-9059 / 9064

Perímetro PNMP



Do que estamos falando?



- Petrus (Coletivo Amigos do Pedroso) perguntou se no escopo do Plano de Manejo existem questões relacionadas à Agroecologia, sugerindo que, em algum momento, o Conselho Gestor se debruce sobre o assunto.
- Eriane (DGA/SEMASA) respondeu que nas diretrizes não há nenhuma menção a práticas agroecológicas. No entanto, comentou que, na etapa de revisão do Plano, devido à pertinência do tema, a sugestão poderá ser acolhida.

Do que estamos falando?



- Informou que, recentemente, foram apresentadas ao SEMASA propostas de implantação de pedalinho e tirolesa na Unidade de Conservação, que ainda não tiveram sua viabilidade técnica atestada. Havendo atualizações sobre o andamento do processo de avaliação, o Conselho Gestor será oportunamente comunicado. Quanto à ativação do teleférico, afirmou que o Poder Público não recebeu oficialmente nenhum tipo de proposta.

Zoneamento Interno



- **Zona Primitiva:** corresponde a maior área do Parque, Destaca-se por ter como característica principal a mínima intervenção humana seus limites e também por abrigar diversidade de fauna e flora com significativo valor científico;
- **Zona de Uso Extensivo:** É uma zona de transição que ora possui características da Zona primitiva e ora características das Zonas de Uso Intensivo. Exemplos: Viveiro Municipal e bases do teleférico e estradas de servidão;
- **Zona de Uso Intensivo:** São áreas naturais com maior grau de intervenções antrópicas. Aqui se localizam as principais estruturas do Parque como, por exemplo, as quadras, churrasqueiras e os viários consolidados e de livre acesso;
- **Zona de Recuperação:** Possui alto grau de antropização e seus objetivos são cessar a degradação existente e recuperar a área para uma condição o mais próxima possível da original. Após a recuperação a área deverá ser incorporada a uma das áreas permanentes. As espécies exóticas que por ventura existirem na área deverão ser retiradas e a restauração com espécies nativas é recomendada;
- **Zona de Uso Conflitante:** São áreas cujos usos são divergentes dos princípios originais da UC. Estas áreas tiveram suas finalidades estipuladas antes da criação da UC e após com empreendimentos aprovados pelo CONSEMA e seu objetivo principal é o de minimizar os impactos que esses usos possam causar. Exemplo: linhas de transmissão;
- **Zona de Ocupação Temporária:** É uma zona que contempla todos os assentamentos precários identificados no volume I do Diagnóstico deste Plano de Manejo no interior da UC. No Parque temos algumas áreas classificadas nesse zoneamento como, por exemplo, parte do Núcleo Toledana/PSA/Renascença, Núcleo Cata Preta/Eucaliptos e o Núcleo Pintassilgo (TAC de 2002).

Zoneamento Interno





O que é uma Unidade de Conservação?



Unidade de Conservação (UC) é a denominação dada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000) às áreas naturais passíveis de proteção por suas características especiais. São “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei” (art. 1º, I).

Disponível em: <https://www.org.br/dicionario-ambiental/27099-o-que-sao-unidades-de-conservacao/>; acessado em 08.12.2022



Além da legislação nacional do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza), temos na Lei 7733/1998:

Artigo 54 - São Unidades de Conservação Municipais: § 1º - O Parque Regional do Pedroso, tendo em vista suas características naturais, passa a ser uma Unidade de Conservação, categoria Parque Municipal, devendo o Poder Executivo elaborar o Plano de Manejo de sua área, conforme dispõe o § 3º do Artigo 53 desta Lei;

DECRETO Nº 16.878 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016 que aprova o Plano de Manejo e cria o Conselho Gestor do Parque;





Então o que é um Plano de Manejo?



Trata-se de documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma **UC**, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o **manejo** dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutoflorestal/planos-manejo-gestao/>, acessado em 08.12.2022.



Como surgiu o Plano de Manejo?



- Em 2008, a partir da deliberação do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) sobre o licenciamento ambiental do trecho Sul do Rodoanel Mário Covas (SP-21) sob responsabilidade do Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA) que estabeleceu várias compensações ambientais entre elas a Elaboração e Implementação do Plano de Manejo com o município de Santo André.





Como surgiu o Plano de Manejo?



- O DERSA contratou a USP para realizar os estudos pertinentes a produção do Plano, no entanto, mais a frente (2014), o material entregue incluía a UC do Riacho Grande nas análises;
- Considerando esse impasse, e a dificuldade de desagregar os dados por UC o SEMASA assumiu a conclusão do Plano de Manejo (aproveitando os dados da USP) que foi concluído em sua primeira versão em 2016;



Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Pedroso



PLANO DE MANEJO DO PARQUE
NATURAL MUNICIPAL DO PEDROSO

VOLUME I – DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL



SANTO ANDRÉ - SP
2016



PLANO DE MANEJO DO PARQUE
NATURAL MUNICIPAL DO PEDROSO

PROGRAMAS DE MANEJO – VOLUME I / I



SANTO ANDRÉ - SP
2016



Volume I – Diagnóstico Socioambiental - 2016

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6	4.4.2 Consideração Local	217
INFORMAÇÕES BÁSICAS	7	4.4.3 Considerações Fases Sobre o Diagnóstico de Infraestrutura	222
1 METODOLOGIA	9	6 DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL E GESTÃO	223
2 POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO	12	6.1 Análises Quantitativas em Conformidade aos Objetivos da UC	223
2.1 Enfoque Internacional	12	6.1.1 Uso Público e Educação Ambiental	223
2.2 Enfoque Nacional	17	6.1.2 Proteção e Fiscalização	226
2.2.1 Legislação Federal aplicada ao PNMP	18	6.1.3 Pesquisa Científica	227
2.3 Enfoque Estadual	30	6.1.4 Relações Públicas e Divulgação	240
2.3.1 Legislação Estadual aplicada ao PNMP	37	6.2 Atividades, Usos e Situações Conflitantes	240
2.4 Enfoque Municipal	40	6.2.1 Interferências Varias que Impactam o Território do PNMP	240
2.4.1 Legislação Municipal aplicada ao PNMP	40	6.2.2 Linhas de Transmissão de Energia	245
3 HISTÓRICO	43	6.2.3 Situações de Uso Conflitantes e Não-Permitidas	251
3.1 Contexto Local	43	6.2.4 Aspectos Institucionais	260
3.2 Contexto Regional	71	6.3.1 Pessoal	269
3.3 Situação Fundada	76	6.3.2 Infraestrutura, Equipamentos e Serviços	270
3.4 Fatores do PNMP	80	6.3.3 Fogos e Outros Ocorrências Excepcionais	282
4 DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL	87	6.3.4 Recursos Financieros	293
4.1 Bases	87	6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	296
4.1.1 Consideração do Meio Físico	87	6.1 Declaração de Significância da UC	296
4.1.2 Consideração do Meio Biótico	101	6.2 Problemas e Potencialidades do PNMP	299
4.2 Análises	143	6.3 Indicativos ao Plano de Manejo	314
4.2.1 Consideração de Uso do Solo	143	REFERÊNCIAS	316
4.3 Socioeconomia	186	LISTA DE FIGURAS	321
4.3.1 Consideração Regional	186	LISTA DE MAPAS	325
4.3.2 Consideração Local	192	LISTA DE TABELAS	326
4.3.3 Locus Sobre o Tempo	210	LISTA DE GRÁFICOS	329
4.3.4 Considerações Fases Sobre o Diagnóstico Socioambiental	211	LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	330
4.4 Infraestrutura Urbana e Saneamento	213		
4.4.1 Consideração Regional	212		

Sobre a revisão

- O Decreto N° 16.878 de 29 de Dezembro de 2016 estabeleceu que:

Art. 12. O Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Pedroso – PNMP Prefeito Lincoln Grillo, diante das circunstâncias extraordinárias na qual foi executada esta primeira edição, deverá ser revisto num prazo máximo de 02 (dois) anos após será revisado regularmente a cada 5 anos conforme art. 27. § 3º da Legislação Federal nº 9.985/2.000.

No entanto ocorreram eventos relevantes que influenciaram no andamento da revisão, são eles:

- Já em 2017 foi criada no município a Secretaria de Meio Ambiente que ficou temporariamente com a gestão do Parque retornando esta ao SEMASA no final de 2019;
- A passagem dos serviços de água esgoto para a SABESP (setembro/2019) também gerou mudanças organizacionais e administrativas que modificaram o quadro de RH e exigiu a revisão de responsáveis e cronogramas para a demanda.
- Em 2020 o advento da pandemia interferiu diretamente na rotina e priorização de todos os serviços e essa anomalia perdurou intensamente até o ano de 2021, vindo a ser normalizada apenas em 2022;



Programas de Gestão e Manejo



- Programa De Infraestrutura E Equipamentos;
 - Programa De Gestão Organizacional;
 - Programa De Regularização Fundiária;
 - Programa De Educação Ambiental;
 - Programa De Pesquisa;
- Programa De Proteção, Monitoramento E Fiscalização;
 - Programa De Uso Público;



Programa de Infraestrutura e Equipamentos



- 7 diretrizes;
- A Diretriz 2 está relacionada a qualidade da água captada no lago;
- 45 ações gerenciais relacionadas a saneamento, eletrificação, pavimentos, edifício sede, CRAS, sinalização, acessibilidade, delimitação, etc;





Programa De Gestão Organizacional



- 6 Diretrizes;
- 41 ações/atividades relacionadas a formação de grupo gestor, readequação de quadro técnico; regularização de atividades de uso público; parcerias, organização procedimental; usos conflitantes e comunicação visual, etc;



Programa De Regularização Fundiária



- 7 diretrizes;
- 56 ações/atividades relacionadas a plano de regularização, marco legal, correção de cercamento, ocupações irregulares, atividades de interesse público, regularização do Santuário, enquadramento de vias, desapropriação de lotes, atualização topográfica, etc.





Programa De Educação Ambiental



- 2 diretrizes;
- 20 ações atividades relacionadas a elaboração do plano de educação ambiental, projetos com escolas do entorno, cursos, programas, implantação de trilhas, orientações e campanhas sobre uso precário.



Programa De Pesquisa



- 4 diretrizes;
- 38 ações/atividades relacionadas a diagnóstico do plano de manejo, pesquisa de indicadores de monitoramento pertinentes, convênios com instituições, financiamentos, estruturação do CRAS, realização de eventos.





Programa De Proteção, Monitoramento E Fiscalização



- 1 diretriz;
- 22 ações/atividades relacionadas a plano de vigilância/contigência/combate a incêndios/brigada, equipe de fiscalização, monitoramento de atividades, intercambio de fiscalizações/monitoramento de atividades, etc.



Programa De Uso Público



- 5 diretrizes;
- 35 ações/atividades relacionadas a normas de uso, treinamentos, organização do funcionamento do parque, brigada, realização de eventos, investimentos de empresas, segurança, iluminação, manutenção, revitalização de espaços, reformas, etc.



Programas

- Programas: 7

- Total de diretrizes: 32

- Total de ações/atividades: 257

Melhorias Pós Plano de Manejo

Reforma do Parquinho – maio de 2022



Melhorias Pós Plano de Manejo



Melhorias Pós Plano de Manejo



- Eriane (DGA/SEMASA) encerrou a apresentação comentando que o processo de revisão do Plano de Manejo contará com discussões de ordem técnica e intensa



consulta pública, na qual participarão secretarias de governo, conselhos municipais e a própria população.

- Luciana (UFABC) perguntou se a fórmula empregada para os cálculos de compensação ambiental pode ser modificada, pois considera importante haver uma distinção clara na Lei Municipal de Compensação Ambiental nº 9789/2015 entre o valor monetário imposto a pessoas físicas e jurídicas.
- Eriane (DGA/SEMASA) respondeu que, para tal, é necessário rever o texto legal, submetendo-o, posteriormente, à aprovação da Câmara Municipal de Santo André. Comentou que a área técnica do SEMASA está discutindo justamente esse dispositivo.

3) FORMAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL

- Eriane (DGA/SEMASA) informou que é necessário compor nesta reunião a Comissão que ficará responsável pela elaboração do instrumento convocatório para o processo eleitoral do próximo biênio (2024-2025) do Conselho Gestor do PNMP. Acrescentou que o Regimento Interno pede que o grupo seja formado por dois membros da Sociedade Civil e dois do Poder Público.
- Solicitou a indicação de dois representantes da Sociedade Civil que tenham interesse em integrar a Comissão Eleitoral, esclarecendo que quem participar da elaboração do edital não poderá concorrer às vagas disponíveis.
- Rodrigo Romão (GCA/SEMASA) disse que os representantes do Poder Público serão escolhidos internamente.
- Os representantes da Sociedade Civil, tendo manifestado interesse em sua reeleição, colocaram em questionamento a composição da Comissão Eleitoral, uma vez que o Conselho possui um número diminuto de representantes, não restando, desse modo, participantes suficientes para auxiliar na elaboração do edital.
- Eriane (DGA/SEMASA), diante da impossibilidade de constituir o grupo, propôs que seja feita uma consulta formal à Coordenadoria de Assuntos Jurídicos do SEMASA a fim de avaliar alternativas legais cabíveis para o encaminhamento do processo eleitoral.
- A plenária aprovou a sugestão.



ENCAMINHAMENTOS FINAIS

- Luciana (UFABC) solicitou a possibilidade de a área técnica do SEMASA rever o valor monetário atribuído às compensações ambientais do município de Santo André, alegando que a Lei nº 9789/2015 deve estabelecer, de forma clara, critérios e pesos específicos para pessoas jurídicas e pessoas físicas.
- Eriane (DGA/SEMASA) informou que vai encaminhar o registro para avaliação interna.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, cuja Memória, assim redigida e aprovada, deverá ser oportunamente assinada por:

Eriane Justo Luiz Savóia

Presidente do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal do Pedroso

Diretora do Departamento de Gestão Ambiental do Semasa